



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

24/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Trabalhadores no Lollapalooza estavam em regime análogo ao escravo, segundo fiscalização

Uma fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas instalações do Lollapalooza, festival de música que acontece entre sexta (24) e domingo (26) em São Paulo, afirma ter flagrado trabalhadores em condições degradantes.

Cinco homens que trabalhavam para uma prestadora de serviços do festival disseram aos auditores fiscais do trabalho na terça (21) que estavam dormindo entre fardos de bebidas, sobre pallets e colchonetes, em tendas montadas dentro do complexo do Lollapalooza no Autódromo de Interlagos, na zona sul da capital paulista.

A produtora de eventos T4F, organizadora do festival, disse em nota exigir que todas as empresas prestadoras de serviço garantam condições de trabalho aos seus funcionários e que encerrou o contrato com a terceirizada.

(CNTM), ambas apoiadoras da ação, acredita que não pode haver imparcialidade no tema sem que haja uma análise técnica. "Como o relator desta emenda pôde deixar de lado a análise técnica? Qualquer voto ou sentença relativa à aposentadoria por condições especiais de trabalho jamais pode ser justa e imparcial sem ouvir um especialista sequer", avalia.

Segundo o MTE, esses trabalhadores não estavam registrados —durante a fiscalização, um representante da prestadora de serviços apresentou os contratos, mas disse que eles ainda não estavam lançados no sistema do eSocial.

Parte dos resgatados começou a trabalhar no dia 16, outra no dia 17. Desde então, segundo disseram à fiscalização, eles não puderam voltar para casa e tomavam banho em uma casa locada pela terceirizada, que seria responsável pela distribuição das bebidas que seriam vendidas nos três dias de festival.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 24 de março.

Receita abre consulta ao lote residual do Imposto de Renda nesta sexta (24)

A Receita Federal abre, às 10h desta sexta-feira (24), a consulta ao lote residual de restituições do Imposto de Renda referente ao mês de março de 2023. O lote é pago a contribuintes que saíram da malha fina do IR ou entregaram declaração de 2022 em atraso.

O crédito bancário será feito para 94.864 contribuintes, sendo 3.490 idosos acima de 80 anos, 20.181 contribuintes entre 60 e 79 anos, 3.261 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e 6.161 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Para saber se vai receber, o contribuinte deve acessar o site da Receita (www.gov.br/receitafederal), clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". Em "Etapas para a realização deste serviço", é preciso clicar novamente em "Consultar restituição", ao lado do desenho de um computador.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 24 de março.

Tempo para usufruir de aposentadoria no mundo varia de 2 a 31 anos

A idade para obtenção da aposentadoria, tema em alta em meio à ebulição política na França e em um momento no qual a longevidade desafia a economia, varia —e muito— no mundo.

Dados de 51 nações compilados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mostram que existe uma variação média de dois a 31 anos no tempo que contribuintes usufruem das aposentadorias após deixarem a força de trabalho.

Na França, palco de discussões sobre uma reforma previdenciária que aumentaria a idade mínima para obter o benefício de 62 para 64 anos, o tempo para usufruir da aposentadoria nas regras atuais é de cerca de 15 anos para os homens e quase 21 anos para as mulheres.

Os homens brasileiros podem aproveitar cerca de dez anos, em média, seu benefício previdenciário. Já as brasileiras aproveitam mais que o dobro —a diferença entre a idade de aposentadoria para as mulheres no país e a expectativa delas é de 22 anos. Assim como no Brasil, a tendência nos Estados analisados é de que as mulheres usufruem mais das pensões, por viverem mais do que os homens.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 24 de março.

Santos amplia oferta de serviços jurídicos gratuitos

Santistas que necessitam de apoio jurídico já têm mais opções de locais. A Coordenadoria de Assistência Judiciária Gratuita e Orientação Jurídica ao Cidadão (Cadoj) da Prefeitura, que já oferece consultoria jurídica em sua sede, (Rua General Câmara, 5, no 14º andar), agora também está nas vilas criativas.

É uma iniciativa conjunta do Município com a Subseção de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil.

Segundo o coordenador do Cadoj, Rodrigo Garcia Mehringer de Azevedo, a expansão do serviço, que chega à Câmara e à Caravana das Oportunidades nos bairros, complementa um trabalho existente desde a década de 1990. Atenderam-se mais de 3,5 mil pessoas no ano passado.

“Esse número poderia ser muito maior, porque a gente não tem, no escopo do convênio, atendimento a questões trabalhistas, previdenciárias e de esfera federal. Esses encaminhamentos contam como atendimento inicial”, explica.

Há critérios para ter acesso ao serviço. O munícipe deve ter renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 3.906,00), residir em Santos, não pode ter aplicação financeira superior a 12 salários mínimos federais (R\$ 15.624,00) e nem ter imóvel de valor acima de 5 mil Ufesps, o que equivale hoje a R\$ 171,3 mil.

“São abordadas questões afeitas ao Direito de Família, investigação de paternidade, ações de divórcio, pensão alimentícia e o cumprimento de sentença de alimento, inventário e regulamentação de visitas”, exemplifica Azevedo.

Ele reforça a importância da parceria com a OAB-Santos para viabilizar o programa. Há cerca de 280 advogados conveniados.

Ele reforça a importância da parceria com a OAB-Santos para viabilizar o programa. Há cerca de 280 advogados conveniados.

Saiba mais em: A Tribuna, Sexta-feira 24 de março.

Bolsa cai mais de 2% e fecha no menor patamar em 8 meses após reação de Lula aos juros

A Bolsa brasileira encerrou esta quinta-feira (23) no menor patamar desde julho de 2022, com o mercado revisando suas projeções para os juros após o Banco Central (BC) não abrir caminho para um corte da taxa, como se esperava. Apesar de ter começado o dia em alta, a tendência se inverteu e clima piorou com as críticas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à autoridade monetária.

Na quarta, o Copom (Comitê de Política Monetária) divulgou a manutenção da Selic em 13,75% ao ano. A decisão já era esperada pelo mercado, mas a postura dura do comunicado, ressaltando inclusive a possibilidade de voltar a subir os juros, caso as condições econômicas se deterioresem, surpreendeu analistas.

A atuação do BC vem sendo alvo de ataques do governo Lula, que pressiona por uma redução da Selic. Após a decisão desta quarta, o presidente voltou à carga e disse nesta quinta-feira que a "história julgará" as decisões da autoridade monetária.

"Como presidente da República não posso ficar criticando cada relatório do Copom. Eles que paguem o preço do que estão fazendo. A história julgará cada um de nós", disse Lula.

O presidente defendeu ainda que o Senado adote medidas para que o presidente do BC, Roberto Campos Neto —a quem Lula já chamou de "esse cidadão"—, se preocupe com o emprego e a renda no país.

"Quem tem que cuidar do Campos Neto é o Senado que o indicou. Ele não foi eleito pelo povo, nem pelo presidente. Ele foi indicado pelo Senado. Se esse cidadão quiser, ele não precisa nem conversar comigo. Ele só tem que cumprir a lei que estabeleceu a autonomia do Banco Central. Ele precisa cuidar da política monetária, mas também do emprego, inflação e da renda do povo."

Questionado se Campos Neto estava cumprindo esse papel, Lula respondeu: "Não está fazendo. Todo mundo sabe que ele não está fazendo. Se estivesse fazendo, não estava reclamando. Eu sou bobo de reclamar?"

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 24 de março.